



Moção de repúdio à redução da maioridade penal

Na próxima quarta-feira, 27/09/2017, entrará em pauta no Congresso Nacional a PEC 33/2012, que propõe reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. O retorno da tramitação da redução da maioridade penal no Congresso Nacional é expressão do caráter machista, lgbtfóbico e racista do projeto de sociedade implementado pelas forças golpistas.

Vivemos um momento na conjuntura atual de forte ofensiva contra os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora; isso se expressa na constante retirada de direitos, no ataque à soberania nacional, assim como no avanço do conservadorismo, materializado sobretudo na vida das mulheres, LGBTs e negros e negras.

A redução da maioridade penal é, então, parte de um projeto de extermínio da população negra. Nesse sentido, a redução da maioridade não é uma solução, mas sim uma medida que responsabiliza a juventude pobre, majoritariamente negra, pelos processos de marginalização que sofre, desresponsabilizando o Estado de promover direitos básicos como educação, cultura e saúde. Vale lembrar que estas foram as primeiras áreas com cortes no governo golpista de Temer ao aprovar a PEC 55, instituindo um Teto para os Gastos Públicos que atingiu em cheio todas as políticas para juventude. A redução de direitos aliada aos desvios de dinheiro público intensificou a guerra aos pretos e pobres nos estados, como o caso do Rio de Janeiro. Logo, o discurso fácil de que violência é fruto da ação individual de crianças e adolescentes é uma grande MENTIRA! Encarceramento da Juventude não é a Solução!

Em 2015, amplos setores da sociedade promoveram debates, acampamentos e mobilizações contra a redução da maioridade penal. Naquele momento a PEC foi aprovada na Câmara com portas fechadas e sob o comando de Eduardo Cunha. Agora com a pauta voltando ao Senado será necessário pressão e mobilização para

barrar mais um retrocesso que pode enterrar o ECA e junto com ele milhares de sonho dos jovens negros e negras deste país.

De acordo com o Atlas da Violência de 2017, os jovens negros entre 12 e 29 anos estavam mais vulneráveis ao homicídio do que brancos na mesma faixa etária. Em 2012, a vulnerabilidade alcançava mais que o dobro. Esses dados revelam que há no Brasil a implementação de uma política cotidiana de extermínio da população negra, ancorada nas bases racistas que sustentam a sociedade.

Defendemos a construção de um programa de sociedade para toda a população brasileira, que garanta o avanço de direitos e políticas que combatam o racismo que organiza e impõe um projeto de morte para o povo negro. É fundamental a garantia de maior investimento em educação pública, gratuita e de qualidade, saúde, cultura e lazer na direção de construirmos uma sociedade onde caibam todos os sonhos da juventude.

Portanto, repudiamos a redução da maioria penal por compreendermos que essas medidas aprofundam a criminalização e genocídio da juventude negra.